Desmistificando a Igualdade de Gênero: Uma Análise da Representação Política das Mulheres no Brasil

Autor(res)

Katsura Nayane Balbinot
Helen Burtet Bedin
Guilherme Augusto De Toni
Kiane Follmann Da Silva
Ian Arthur Ribeiro
Jaqueline Kelli Percio

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UNOPAR | ANHANGUERA - CAMPUS CHAPECÓ

Introdução

Ao explorarmos a questão da igualdade política de gêneros, é notável que as mulheres continuam a ser sub-representadas no cenário político. Além do claro desequilíbrio na representação de gêneros, aquelas que conseguem acessar os espaços institucionais ainda enfrentam a sub-representação em cargos de liderança dentro da estrutura política.
Embora haja uma legislação que prevê cotas para a participação política das mulheres, é fundamental analisar os efeitos dessas regras no cenário político e questionar se esse incentivo legislativo é suficiente para garantir a inserção das mulheres na esfera política.

Objetivo

Este ensaio aborda a seguinte questão central: a legislação que estabelece cotas para candidaturas femininas a cargos eletivos é capaz de diminuir as desigualdades de gênero no contexto político?

Material e Métodos

O trabalho contemplará: (1) revisão bibliográfica sobre a representatividade feminina na política brasileira; (2) análise estatística da participação de mulheres em cargos políticos; e (3) síntese conclusiva dos achados.
O estudo adotou uma dupla abordagem:

Análise quantitativa: tratamento estatístico de dados sobre participação política feminina;

Análise qualitativa: revisão crítica de indicadores e contextos.
As fontes primárias incluíram bases de dados da ONU, Banco Mundial, IBGE e TSE Mulher.

Resultados e Discussão

Segundo relatório conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da ONU Mulheres sobre direitos políticos femininos, o Brasil ocupa a 9ª posição entre 11 países latino-americanos analisados (Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru e Uruguai), apresentando alguns dos piores desempenhos na região. A pesquisa, que avaliou 40 indicadores distribuídos em 8 dimensões temáticas através do Índice de Paridade Política (IPP), revela que o Brasil constitui um caso atípico neste grupo.

O país demonstra que a mera instituição de cotas eleitorais tem se mostrado insuficiente para ampliar substantivamente a participação feminina no legislativo - e menos ainda para garantir representatividade política efetiva. O estudo aponta que esse fenômeno decorre de múltiplos fatores, destacando-se entre eles as particularidades do sistema eleitoral brasileiro como variável determinante.

Conclusão

A análise institucional tradicional mostra-se limitada face à dimensão informal subjacente à sub-representação política feminina. Urge, portanto, incorporar uma perspectiva cultural que ilumine os mecanismos sutis - porém potentes - de exclusão das mulheres na esfera pública.

Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Referências

ONU Mulheres Brasil. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina/. Acessado em: 16 fev 2025.

ONU Mulheres Brasil. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/202110_ONUMULHERES_NEWSLETTER_04_2212.pdf. Acessado em 14 fev 2025.